

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ENSINO NA MATURIDADE: 10 anos do Estatuto do Idoso, reflexão no âmbito da educação dentro da Universidade Federal do Tocantins

Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior¹
adm.junior@uft.edu.br

Iracy Martins de Amorim²
iracyamorim@uft.edu.br

Carlos Wiennery da Rocha Moraes³
carloswmr@hotmail.com

Modalidade: Pôster
GT: Sociologia

1. RESUMO

O processo de envelhecimento das populações tem sido colocado como objeto de discussão para propostas de políticas públicas. No Brasil, em meados da década de 70, a partir de lutas da sociedade houve um maior interesse com a temática relacionada com a questão do idoso. Nesse bojo, o presente trabalho constitui analisar a efetividade das normas educacionais do estatuto do idoso na Universidade Federal do Tocantins, podendo comparar o conjunto de medidas teóricas com as medidas práticas alcançadas para as pessoas na faixa etária a partir de 60 anos residentes na cidade de Palmas e região. O trabalho em epígrafe se situa como estudo de caso de natureza qualitativa. Para a coleta de dados usaremos as técnicas de história de vida, assim, pretendemos tecer reflexões com intuito de responder a seguinte pergunta: qual a efetividade alcançada na educação na fase do envelhecimento, após o surgimento do Estatuto do Idoso no âmbito da educação na Fundação Universidade Federal do Tocantins?

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, idoso, Universidade da Maturidade.

2. INTRODUÇÃO

O fenômeno universal do envelhecimento das populações, processo inevitável e irreversível, tem sido colocado como objeto de discussão para propostas de políticas públicas voltadas para efetivar os direitos pertinentes à população idosa, considerando-se que mais importante do que ter a existência prolongada é envelhecer com dignidade e qualidade de vida.

¹ Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA). Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Graduada em Ciências Contábeis e Pós-Graduada em Gestão e Auditoria na Administração Pública - UFT.

³ Mestre em Ensino de Língua e Literatura – UFT.

Conforme menciona Silva (2005), em grande parte das famílias brasileiras há idosos que vivem em situação de desprezo e abandono, em alguns casos os atos de maus-tratos são praticados por seus próprios familiares, a situação se agrava nos grupos sociais considerados pobres, negros e mulheres.

Nesse prisma, o presente trabalho constitui analisar a efetividade das normas educacionais do estatuto do idoso na Universidade Federal do Tocantins, podendo comparar o conjunto de medidas teóricas com as medidas práticas alcançadas para os idosos residentes na cidade de Palmas e região, estando na faixa etária a partir de 60 anos.

O trabalho em epígrafe se situa como estudo de caso de natureza qualitativa, tendo como sujeito de pesquisa, 100 (cem) acadêmicos da Universidade da Maturidade do Polo de Palmas – UMA-UFT.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Preliminarmente, ressaltamos que conforme disposições albergadas nos Art. 203 Inc. I c/c Art. 229 da Constituição Federal de 1988, o direito à velhice está garantido na Constituição Federal no caso da assistência social, saúde, educação, trabalho, previdência social, justiça, habitação e urbanismo, cultura, esporte e lazer, inserindo a família, a sociedade e o governo na responsabilidade pelo cuidado com o idoso.

Para Viola (2012) “O acesso às políticas de seguridade, saúde e educação são condições sine qua non para que a pessoa idosa possa sentir-se parte, ser reconhecida como sujeito de direitos e participar da sociedade em que vive”.

No Brasil houve um maior interesse com a temática relacionada com a questão do idoso a partir de lutas da sociedade em meados da década de 70, foram políticas, programas e projetos como a Universidade da Maturidade. Em 2003 tivemos a aprovação da Lei 10.741/2003 conhecida como o Estatuto do Idoso. Conforme aduz o Art. 20 da referida lei, “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

Giacomin (2011) menciona que “A sociedade brasileira envelhece a passos largos: somos 21 milhões de idosos e a cada ano 650 mil idosos são incorporados à nossa população. Em 15 anos, o Brasil terá a quinta maior população idosa do mundo! Estamos preparados?”

Nesse contexto, considerando que muitas regiões carecem de programas e políticas públicas voltadas para o idoso e a falta de estudos com o tema: educação, direito e envelhecimento humano, a pesquisa em epígrafe sustenta em seu bojo a proposta de analisar e refletir acerca dos 10 anos do Estatuto Do Idoso, seu impacto no âmbito da educação dentro a

Universidade da Maturidade da Fundação Universidade Federal do Tocantins que têm por finalidade proporcionar aos cidadãos da terceira idade a oportunidade de estudarem na universidade em um curso de extensão da UFT, podendo comparar o conjunto de medidas teóricas com as medidas práticas alcançadas para os idosos, residentes na cidade de Palmas e região, estando na faixa etária a partir de 60 anos.

Nesse prisma, as atividades educacionais e as recreações são características preponderantes para o trabalho em comento, no que se propõe a analisar dentre as atividades desenvolvidas em sala de aula e predominância das realizadas extra sala, como participação em eventos esportivos, seminários e apresentações culturais.

Este trabalho ainda tem como finalidade estimular a participação ativa e dinâmica da comunidade, buscando minimizar o estigma a que sempre estão submetidos e a valorizar as potencialidades de cada acadêmico. Tal participação poderá mostrar as experiências desses sujeitos no ensino superior, proporcionando grandes contribuições para a formação no âmbito da universidade da maturidade.

Como um trabalho científico deve ser pautado na relevância científica, pessoal e social, apresentamos a seguir, nossas expectativas, conforme a seguir:

a) Relevância científica: Com base nessas informações será proposto informativo por meio de artigo e dissertação, visando difundir a importância dessas eventuais conquistas proporcionadas nessa fase da vida acadêmica.

b) Motivação pessoal: A motivação pessoal veio, após presenciar a participação dos alunos em eventos coordenados pela UMA, ficando assim maravilhado pela empolgação demonstrada no olhar e nas ações em conjunto, com isso a coleta de informações será extremamente importante para o entendimento da metodologia exitosa, utilizada da difusão do conhecimento acadêmico.

c) Relevância social: A coleta dessas informações será de grande valia para a sociedade e governo, pois possibilitará maior apoio por parte dos familiares, incentivando à participação acadêmica e eventual aumento na liberação de recursos orçamentários por parte da administração pública ou privada, para ampliar as ofertas de cursos no Estado Tocantins.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

Pretendemos tecer reflexões com intuito de responder a seguinte pergunta: qual a efetividade alcançada na educação na fase do envelhecimento, após o surgimento do Estatuto no âmbito da educação na Fundação Universidade Federal do Tocantins?

Nossa questão problematizadora tem como sujeito de pesquisa, 100 acadêmicos da Universidade da Maturidade do Polo de Palmas – UMA-UFT, ambos os sexos com idade a partir de 60 anos, sendo 50 homens e 50 mulheres.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se situa como estudo de caso de natureza qualitativa. Para respondermos nossa pergunta proposta, primeiramente, usaremos as técnicas de história de vida como instrumento de coleta de dados.

As técnicas de história de vida nos orientam a elaborar perguntas, fazer entrevistas tendo sempre o cuidado de não interferir nas respostas dos entrevistados. Segundo Thompson (1992, p. 260-261): “uma boa técnica para fazer o entrevistado retornar ao assunto que o entrevistador se interessou é enfatizar uma interjeição provocadora: isso parece interessante ou mais diretamente: Como? Por que não? Quem é esse?”.

As técnicas de história de vida também nos orientam a selecionar bons materiais como gravador, para que a entrevista fique bem audível, o que contribuirá bastante para a transcrição dos relatos orais. Segundo Pinto (2007, p. 133), “o interesse do pesquisador nos relatos de história de vida é captar algo singular que vá além do que é relatado e que se situa no contexto das relações sociais a que o narrador pertence”.

Ao todo pretendemos fazer entrevistas com 15 (quinze) perguntas com duração de uma hora, o que vai nos resultar em mais ou menos 10 páginas, por pessoa, para fazer o recorte do nosso corpus (material a ser analisado na dissertação)

Feitas as entrevistas, faremos a transcrição das mesmas. Depois de transcritas, faremos um recorte daquilo que for mais interessante em relação a nossa questão problematizadora, ou seja, selecionaremos enfoques que sinalizem representações consistentes, no que toca a nossa temática, dos relatos das entrevistas transcritas para que possamos analisá-las a fim de responder nossa pergunta proposta.

Para análise desses relatos orais, usaremos pressupostos teóricos, relacionados a estatuto do idoso, memória, identidade, processo de formação, psicologia da aprendizagem para analisarmos as realizações desses acadêmicos nessa fase da maturidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro, por conseguinte, que a intervenção do Estado e conscientização da sociedade acerca da importância e do dever de cuidado com o idoso, direito já positivado no arcabouço jurídico brasileiro, são ações prementes à consagração do acesso do idoso às

políticas de seguridade, saúde e educação, condições que são sine qua non para que a pessoa idosa possa ser reconhecida como sujeito de direitos e participar da sociedade democrática de direitos em que vive.

Investir no processo de formação do ensino na maturidade é valorizar e preservar a memória do país, construir com seriedade e sobriedade o presente, engendrando e sulcando novos alicerces ao futuro. É pautar-se pela dignidade da pessoa humana, isonomia, comprometer-se com o desenvolvimento nacional, com as gerações vindouras e um país melhor.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

BRASIL. Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros.** BRASÍLIA: IPEA, 2012.

BRASIL. **Lei 10.741 de primeiro de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. BRASÍLIA, DF: 2003.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** BRASÍLIA, DF, Senado, 1988.

GIACOMIN, Karla Cristina. **O papel do Conselho Nacional dos direitos do idoso na elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil.** Brasília, DF: Revista dos Direitos da Pessoa Idosa. Edição especial, 2011. p.15.

PINTO, Maria L. **Discurso e Cotidiano: História de Vida em depoimentos de pantaneiros.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01082007>. Salvo em 28/04/2012

SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas.** Textos Envelhecimento, v. 8, n. 1, p. 43-60, 2005. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282005000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 de junho de 2013.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIOLA, Solon Annes. **Educação em Direitos Humanos na Promoção de uma Cultura de respeito aos Direitos da Pessoa Idosa.** Brasília, DF: Revista dos Direitos da Pessoa Idosa. Edição especial, 2011. p. 13.